



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

**Discurso do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania,
Rogério Sottili, no lançamento do Plano Juventude Viva em São Paulo**

(25/10/13, às 10h, no CEU Casablanca)

Bom dia a todas e todos,

É muito emocionante estar aqui hoje, no lançamento do Plano Juventude Viva em São Paulo. Agradeço a presença de todos e faço uma referência especial para a equipe da Coordenação de Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em nome do Gabriel Medina, coordenador de Políticas para Juventude, que é um guerreiro, um batalhador, que pegou essa tarefa desde o início do nosso governo e a levou até este momento, junto com a SEPIR, de forma incansável, para produzir esse primeiro resultado, porque o trabalho mesmo vai começar a partir de hoje.

O Plano Juventude Viva, prezados amigos e amigas, faz parte de uma agenda civilizatória. É um passo para a mudança da cultura de violações, que naturaliza a discriminação e a violência, em favor de uma cultura de garantia de direitos. Temos uma imensidão para avançar. Não mudaremos uma cultura histórica de pelo menos 500 anos de violência de uma hora para outra. Já assistimos o extermínio das populações indígenas e tivemos mais de três

séculos de escravidão que nunca foram elaborados adequadamente na nossa sociedade brasileira. Não se admitiu os efeitos nefastos do que se fez com os negros desse país e não avançamos o suficiente no debate sobre a dívida histórica e as reparações devidas. Isso, meus amigos, tem efeitos diretos na cultura de violência que cada um de nós vive nos dias de hoje.

Os índices de homicídios refletem mais um aspecto da exclusão social e do racismo. A mortalidade dos jovens, na contramão das tendências nacionais para o total da população, é crescente, tem idade, tem endereço e tem cor. As principais vítimas de homicídios são jovens do sexo masculino, pretos ou pardos e moram nas periferias.

Essa é uma realidade escancarada diante de nós e não podemos ficar inertes, especialmente nós do poder público. Trazer o Juventude Viva para São Paulo foi considerado prioridade desde o primeiro dia dessa gestão e hoje apresentamos o resultado do trabalho de todo esse tempo, que envolveu muita gente.

Aliás, considero essa uma das principais características do Plano, construído a partir da articulação de três elementos importantes: o primeiro é o caráter de política de governo, intersecretarial e com o compromisso de todos. Todo o governo, todos os secretários se envolveram pessoalmente, diretamente, na construção desse plano. A Secretaria de Educação, a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Pessoas com Deficiência, a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Segurança Urbana, enfim, todas as secretarias se envolveram diretamente na construção desse plano.

O segundo aspecto que eu quero ressaltar é a coordenação compartilhada entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio da Coordenação de Juventude, e a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Nós trabalhamos em equipe, juntos, dia a dia na construção do Plano. Por fim, destaco talvez o aspecto mais importante e que foi aqui já destacado pelo Gog e por todos que me antecederam: o processo participativo e a participação da sociedade civil. Esse plano só existe porque houve

pressão, porque houve demanda da sociedade civil. E ela participou ativamente do processo de construção.

Entendemos que essa é a melhor forma de encontrar respostas adequadas a questões complexas, com transversalidade e participação social. É necessário superarmos a ausência histórica do Estado, que deve cumprir o seu papel e valorizar a ação da sociedade civil. Mais do que isso, precisamos extirpar a ação violenta do próprio Estado, que acaba sendo o principal responsável pela mortalidade da juventude negra e de periferia. E uma das ações em que estamos empenhados no âmbito do Juventude Viva é justamente a aprovação do projeto de lei que estabelece regras de apuração dos chamados “autos de resistência” ou “resistência seguida de morte”. Nós não podemos permitir injustiças e impunidades quando falamos da vida das pessoas, quando falamos da vida dos nossos jovens.

O avanço das responsabilidades compartilhadas no aspecto federativo também é essencial. O governo federal está contribuindo ativamente com as diretrizes do Plano e programas importantes de garantia de direitos. E aqui eu quero agradecer imensamente a presença do ministro Gilberto Carvalho e da ministra Luiza Bairros, que fortalecem a importância do pacto federativo na condução desse plano.

O Município deve olhar para os territórios, os serviços, os equipamentos que garantam direitos humanos. O Estado também pode ser parceiro nesta iniciativa de diversas formas, especialmente na construção de estratégias de segurança cidadã.

Estamos começando a implementação do Plano Juventude Viva em São Paulo na zona sul, um local com diversos elementos de vulnerabilidade, mas também com a maior vitalidade de participação social da juventude, com movimentos sociais pulsantes, com altíssima expressão cultural, com um histórico de luta sindical e operária – e aqui eu reverencio o nosso companheiro Santo Dias, que foi morto e assassinado e sempre buscou a efetivação e a garantia de direitos para a população deste território.

Esperamos contribuir com as ações do Plano Juventude Viva, reduzindo as margens de vulnerabilidade, enfrentando o racismo e prevenindo a violência contra essa juventude que é a verdadeira força da nossa cidade. Que isso seja capaz de possibilitar a construção das trajetórias de cada um com muitas oportunidades. O primeiro passo nós demos. Agora, é começar a trabalhar e ocupar esse espaço, ocupar esses territórios com políticas públicas para o exercício da cidadania.

Mãos à obra e vamos trabalhar! Muito obrigado.